

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>582228</u>
Classificação <u>1502</u>
Data <u>09/08/2017</u>

PETIÇÃO Nº 367/XIII/2^A

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. conhecido à

9- Comissão

2.897

PETIÇÃO

(nº 1 do Artº 52º da Constituição da República e Lei nº 43/90, de 10 de Agosto)

Isto interessa aos utentes do SNS e ao Governo

Depoimento, na primeira pessoa, de um utente do Hospital de Portimão (CHBA)

No inferno do Hospital de Portimão também existem “anjos da guarda”... mas com o edificado em risco de ruir!!!

Artur Manuel de Jesus Linha - natural de Lisboa, onde nasceu a _____, portador do B.I. vitalício nº. _____, usando Arthur Ligne como nome profissional há cerca de 61 anos, detentor da C.P. nº. _____, passada pela Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas, jornalista, escritor, Director e Editor do semanário “Gazeta de Lagoa”, em publicação permanente desde a sua fundação, a 31.3.1989, com sede no Largo Alves Roçadas, 8-A 8400-313 Lagoa, e-mail: gazetadelagoa@gmail.com - de acordo com os seus direitos e deveres fundamentais e legítima participação na vida pública, contemplados nos Artigos 12º., 13º., nºs. 1 e 2 do Artº. 48º. e nº 1 do Artº. 52º., todos da Constituição da República Portuguesa, conjugados com o nº. 3, do Artº. 4º. da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, com a redacção dada pela Lei nº. 6/93, de 1 de Março, Lei nº. 15/2003, de 4 de Junho e Lei nº. 45/2007, de 24 de Agosto – vem, no pleno uso das suas faculdades mentais e no seu direito de cidadania, expor e requerer a intervenção do Governo, Assembleia da República e outros Órgãos do Poder Democrático português, conforme se segue:

Introdução

Na edição nº. 1386, de 30.6.2017 do semanário “Gazeta de Lagoa”, subscrevi um texto subordinado ao título “Escrevo há 61 anos e nunca me acobardei aos sistemas políticos, antes e/ou depois do 25 de Abril. Sou, sempre fui e sempre serei eu próprio: rebelde, corajoso, lutador, insatisfeito e sobrevivente” e prometi que iria relatar, na primeira pessoa, ao vivo e a cores, mais uma das minhas muitas passagens, como doente, pelo Hospital de Portimão (doravante CHBA), para conhecimento e esclarecimento da população e para que os políticos saibam na realidade - quer no bom, quer no mau sentido, mas com justiça e sem qualquer espécie de fantasia, sem limitações intelectuais, sem medos, porque assim se impõe - o que se passa no inferno do CHBA... onde também existem anjos da guarda, recursos humanos em todos os sectores que dão vida àquela unidade hospitalar, incluindo a Associação Voluntários (doravante Voluntários)!!...

Não o faço para violar a minha privacidade, enaltecer-me ou revelar qualquer egocentrismo, mas para “chamar os bois pelos seus nomes” - passe a expressão popular - e, sobretudo, para esclarecer a opinião pública e “quem de direito”, já que os políticos não ouvem a voz da razão e da consciência, quer por via de manifestações de utentes quer por greves laborais e imposições sindicais... que não são aberrantes, nem despropositadas, nem ingénuas. Preconiza a Constituição, no seu Artº. 64º., que todos nós temos direito à protecção da saúde e o **dever de a defender e promover**, sendo certo que a saúde pública, neste caso através do Serviço Nacional de Saúde (doravante SNS), é uma especialidade médica que se dedica ao estudo e tratamento das doenças que perturbam a vida social, designadamente as doenças contagiosas e epidémicas, mentais e muitas centenas de outras, estabelecendo medidas de prevenção e protecção da saúde dos cidadãos, constitucionalmente garantidas.

É, sem dúvida, uma actividade profissional muito exigente que só deve ser desempenhada por pessoas de fibra e de coragem, com sentido humanitário, amor ao próximo e, sobretudo, vocação, compreensão, tolerância e animismo, filosofia baseada no princípio da vida orgânica.

Todo este texto rondará à volta de mim próprio, na primeira pessoa, enquanto utente daquela unidade de saúde, pelo que tudo aquilo que aqui fica escrito é indesmentível, dada a minha qualidade de testemunha ocular, observador *in loco*, real, sem qualquer espécie de megalomania ou narcisismo, mas de acordo com os meus princípios e modo de estar na vida e na profissão e com os meus direitos, liberdades e garantias de cidadão de pleno direito e de jornalista com intervenção na coisa pública, que me são conferidos pela Constituição.

Tentarei dizer o porquê, com ética e deontologia, apenas escrevendo sobre aquilo que vi e senti no corpo, na mente, na apurada consciência de cidadão, ao “vivo e a cores”! Doa a quem doer! Com total liberdade de expressão, nos termos dos Artigo 38º. e 39º. da Constituição e Lei de Imprensa nº. 2/99, de 13 de Janeiro, com as várias alterações que lhes foram introduzidas no mesmo ano, em 2003, 2012 e 2015, como é meu apanágio profissional. Goste-se ou não!

Em relação aos cuidados de saúde no CHBA, em geral, apesar dos seus reduzidos recursos humanos - a todos os níveis, valências e competências, médicos, enfermagem, técnicos de diagnóstico e outros na área da saúde, assim como os auxiliares - serem uns lutadores mal pagos, mal compreendidos, desrespeitados nos seus direitos, conseguem “inventar” soluções que só profissionais com boa vontade, saber e dedicação podem atingir. Na área da saúde, o colapso adivinha-se! Mas não chega dizê-lo... porque nunca se viu fazer omeletas sem ovos (leia-se: recursos humanos e dinheiro)!

Mas as razões podem estar, precisamente, na inconsciência humana dos políticos que, nos diversos e sucessivos Governos, especialmente no de Passos Coelho, transformaram o então modelar Hospital de Portimão em CHBA, um “apeadeiro” do SNS, sem a usufruição de todas (ou parte delas) as valências técnicas e médicas de ponta, com falta de medicamentos, de especialistas e de especialidades, o que dá origem à qualidade de prestação de serviço sofrível, apesar do indómito e profissional esforço dos seus trabalhadores, em todas as áreas de actividade profissional... Digo-o sem “papas na língua”! Sem medos!

Tem de ser dito e compreendido como um grito de revolta e indignação!

Contudo, como não gosto de deixar as coisas a meio, escreverei, também, sobre o edificado hospitalar, o funcionamento do “Protocolo de Triagem de Manchester” (doravante PTM), as urgências, o inferno na Decisão Clínica, as consultas externas e exames com marcações a perder de vista, a falta de fornecimento de água engarrafada aos doentes e - espante-se - a má qualidade da alimentação fornecida aos mesmos, feita a “martelo”, louvando, por outro lado, os bons Serviços Sociais, de Nutrição, os serviços prestados pela Associação de Voluntários e a minha interpretação quanto à real e legal prestação de serviços pelos Seguranças, perguntando legitimamente quais são, de facto, as suas funções no CHBA.

Antes de avançar, na especialidade deste trabalho jornalístico de investigação, chamo a atenção do Governo, da Assembleia da República e do Ministério da Saúde para o facto da estrutura inicial do edificado estar em vias de **ruir** - eu escrevo e repito **ruir** - e faço-o com convicção, apesar de não ser engenheiro de construção civil. O que vi foi arrepiante, através da janela do quarto em que estive internado, no piso três, o que também pode ser visto noutros sítios edificados, nomeadamente no espaço de acesso aos elevadores no mesmo andar. Nos outros andares deve ser igual. São visíveis fissuras preocupantes nas paredes do edificado, com as armações de construção civil em ferro devoradas pela ferrugem (óxido de ferro hidratado que se forma à superfície do ferro quando este metal se encontra exposto ao ar húmido...), saindo do betão destruído pelo tempo e, possivelmente, pela má qualidade da construção e dos materiais utilizados, conforme se explica e se denuncia a seguir.

O edificado CHBA em risco de ruir!...

Vamos aos factos, que se faz tarde e o tempo passa a correr.

O actual CHBA, então designado por Hospital de Portimão, foi inaugurado a 16 de Julho de 1999, pelos Primeiro-Ministro e Ministra da Saúde, António Guterres e Maria de Belém, respectivamente. Na minha qualidade de jornalista fiz a reportagem deste evento oficial, de enorme repercussão mediática regional e nacional, ao tempo. Já estão decorridos dezoito anos.

Foi construído, como sempre foi dito, num terreno sob o qual, em profundidade, se localiza uma “fissura ou falha sísmica”, situação que nunca foi desmentida ou clarificada...

Quando foi inaugurado, o então Hospital de Portimão era uma unidade de saúde de vanguarda, modelar, moderno, de ponta e bem equipado em todos os aspectos, com quase todas as valências e equipamentos exigíveis numa unidade hospitalar pública, bem como recheado por um grupo de recursos humanos sempre disponível, profissional e homogéneo q.b., em todas as valências. Passou a dispor de um heliporto, que se mantém, tendo o Hospital de Lagos como unidade hospitalar de rectaguarda e o Hospital Particular do Algarve, no Alvor, como recurso para certas especialidades, nomeadamente na área da cardiologia.

Nas minhas frequentes estadias naquela unidade de saúde, verifiquei que a cobertura de todo o edificado, construído entre 1996 e 1999, é feita de chapas de fibrocimento que podem - ou não - conter

amianto (silicato hidratado de cálcio e magnésio, de estrutura fibrosa, resistente ao fogo e altas temperaturas, cuja fibras da sua composição, libertadas para a atmosfera, são prejudiciais à saúde pública e podem provocar cancro, segundo a Organização Mundial de Saúde), sendo verdade, contudo, que o uso desse tipo telhas passou a ser proibido em Portugal, por Lei, em 2005, o que, por si só, esclarece que as telhas até então colocadas em edifícios públicos, para além de não serem aconselháveis, continuam autorizadas até ao fim da sua vida útil. Mas que tempo de vida? Dez, cem, mil anos?

De qualquer modo, a sua remoção implica a adopção de meios e métodos de trabalho seguros, de protecção colectiva e individual. Veja-se quanto podem - e reafirmo a palavra podem - ser perigosas as telhas que cobrem o edificado do CHBA. Logo, há toda a possibilidade das telhas de fibrocimento, então utilizadas e que lá continuam, possam conter amianto!... Não sou perito, apenas um observador atento! Mas esta situação interessa ao Governo, aos Grupos Parlamentares e às Associações Ambientalistas e não pode nem deve ser descartada nem ser considerada alarmista, no mau sentido da expressão! Vale, sempre, a pena prevenir para não ter que remediar...

Concluindo: quanto a mim que, como já disse, não sou perito nem mestre-de-obras, o edificado está **em risco**. As pessoas também! Deve ser minuciosamente inspecionado. Reabilitado ou demolido, por aquelas e outras razões.

No entretanto desta época temporal, na Av. João de Deus, no antigo edifício hospitalar, funcionou o Hospital de Portimão, inaugurado em 1973, como Hospital Distrital de Portimão, construído pelo Estado, em terreno doado à Santa Casa da Misericórdia. Em 1975, o Hospital foi nacionalizado e, mais tarde, passou a designar-se Hospital do Barlavento Algarvio.

Em 1999 entrou em funcionamento o Hospital de Portimão, construído de raiz, má raiz, pelo Ministério da Saúde. Em 2004, foi criado o Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E. (doravante CHAlgarve) e o Hospital de Portimão passou a designar-se por CHBA, integrando os Hospitais de Portimão e Lagos, para servir toda a população do Barlavento Algarvio. Redundantemente foi criado, pelo Decreto-lei n.º 69/2013, de 17 de Maio, o CHAlgarve, que passou a integrar os Hospitais de Faro, Portimão e Lagos. Uma agregação desmotivadora, irracional e de gestão apenas apontada para as “encolhas financeiras”, colocando em risco os interesses dos recursos humanos e técnicos e, por via disso, nalguns casos, a vida dos doentes, o que me leva a crer que alguém “se está nas tintas” para o articulado do Art.º 64.º da Constituição.

No antigo edifício do então Hospital do Barlavento Algarvio, na Av. João de Deus, depois de reabilitado e reformulado, passou a funcionar o actual Hospital de São Camilo, propriedade do Grupo Hospital Particular, desde 2008.

Em relação à funcionalidade do Hospital de Portimão, é oportuno referir, para que conste, que se nota a necessidade da implantação de várias portas de emergência, bem localizadas e sinalizadas, distribuídas por todo o corpo do edificado, bem como uma segunda entrada/saída de viaturas para o exterior (estrada nacional), opcional à actual para a qual convergem todas as viaturas públicas, privadas e de emergência, criando, muitas vezes, perdas de tempo, desespero e “engarrafamentos”... Verifica-se, também, a falta uma larga e funcional escada exterior de emergência que abranja todo o edificado! Acredito que devo estar a sonhar acordado... mas não custa nada alertar para estas situações... se não quisermos ter de vir a chorar tragédias, como a de Pedrógão Grande...

Como nota histórica, direi que primeira referência conhecida sobre uma Unidade de Saúde em Portimão é do segundo quartel do século XVIII, mencionando um Hospital de S. Nicolau, a funcionar no Colégio dos Jesuítas (1660), gerido pela Santa Casa da Misericórdia, embrião daquilo se mais tarde viria a ser o Hospital de Portimão.

A inconsciência humana dos políticos... transformou o modelar CHBA num “apeadeiro do SNS”, sem valências de ponta, com falta de medicamentos, ausência de especialistas e de especialidades, o que resulta na prestação de cuidados de saúde num serviço sofrível, apesar do indómito e profissional esforço dos seus recursos humanos, em todas as áreas de actividade...

A criação do CHAlgarve, pelo Decreto-Lei n.º 69/2013, foi na qualidade de pessoa colectiva de direito público, de natureza empresarial, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial...

... daí a idiotice e fracassada tentativa de dotar o parque de estacionamento daquela unidade do SNS... de parquímetros!... Que falta de carácter político... Que desumano! Que estupidez!

A aprovação daquele Decreto-Lei, quanto a mim, enquanto cidadão que paga os seus impostos e jornalista independente, tratou-se de uma decisão profundamente errada, de difícil compreensão, descarada e imbecil contenção de despesas do governo economicista e castrador do governo de Passos

Coelho, concebida à medida de alguém ou de qualquer coisa!... ou do desvario de “quem de direito”. De quem mandava, à margem dos interesses dos cidadãos!

Segundo um texto público do CHAlgarve, o seu grupo de saúde pública é composto por três unidades hospitalares: Faro, Portimão e Lagos, às quais se somam os Serviços de Urgência Básica do Algarve, caracterizando-se como uma unidade hospitalar de referência no SNS, responsabilizando-se pela prestação de cuidados de saúde diferenciados na região do Algarve, bem como pelo apoio à formação pré e pós-graduação e contínua na área da saúde (médica, enfermagem e técnicos de especialidades).

Diz o SNS que a unidade está consolidada como “unidade de excelência no sistema de saúde”, dotada dos mais avançados recursos técnicos e terapêuticos, com competência, saber e experiência dos seus profissionais e que o CHAlgarve se encontra vocacionado para garantir a equidade e universalidade do acesso aos cuidados de saúde, conforme dita a Constituição. Mas isso - digo eu - não é inteiramente verdade! Embora ande por perto... porque já foi muito melhor!

Que treta, meu Deus! Afirmo-o sem qualquer relutância, falta de pudor ou de ética!

Apenas aplaudo “o saber e a experiência dos seus profissionais”. Isso é mais do que verdade. Eles são os tais ovos que poderiam servir para fazer grandes e saborosas omeletas, se... houvesse recursos humanos suficientes, ou perto disso... o que não há! E os que existem são mal pagos, estropiando as suas valências e sonhos sonhados de carreiras à altura da sua multidisciplinaridade profissional e intelectual.

O serviço prestado no CHBA pode ser regular, embora longe do óptimo, caso contrário não teria sido necessária a constante intervenção dos utentes, dos profissionais de saúde em toda as áreas e dos Sindicatos, uns reivindicando mais celeridade temporal e mais qualidade na prestação de serviços e retoma de especialidades primárias e/ou secundárias, com mais qualidade do que a que existe. Outros, os chamados recursos humanos, em todas as áreas de actuação, níveis hierárquicos e funções, a reclamarem por melhores condições de trabalho, revisão temporal de trabalho (há quem faça turnos seguidos de 18 horas, o que é inadmissível, inadequado, impensável, técnica e profissionalmente preocupante, num país moderno e civilizado). Até 12 horas de turno seria, técnica e cientificamente contraproducente... pelo simples facto das vantagens da poupança de euros serem menores do que vantagens na prestação de serviços! Faço-me entender?

Mas, para que isso possa e deva ser remediado, impõe-se justiça e que o Governo ou “quem de direito” avance com o descongelamento da progressão de carreiras (que é a referência técnica e profissional para a justeza salarial), congeladas há anos, dez ou mais, segundo ouvi dizer, bem como a rectificação da situação de precariedade de alguns profissionais de saúde ou equiparados, situações que podem descambar em “revolta e indignação” interna, com elevados prejuízos emocionais e psicológicos dos trabalhadores e na saúde geral dos utentes que, nalguns casos, fazem parte de “listas espera” para especialidades, há muitos meses, um, dois ou mais anos! Como é possível? Mas é real! Não estou a brincar com coisas sérias ou a inventar. Quem me conhece, sabe que não o faço, até porque sou utente do SNS desde os meus 13 anos de idade, embora tenha começado a trabalhar um ano antes até aos dias de hoje (beneficiário desde Julho de 1953, data em que passei e a descontar para a Segurança Social).

Mas tudo aquilo que acabo de escrever faz sentido?

Faz!, porque os políticos e outros que tais, quando doentes, socorrem-se da ADSE, IP - Instituto de Protecção e Assistência na Doença, IP (doravante ADSE), de Hospitais e Clínicas privadas... onde, em alguns casos, trabalham alguns dos melhores profissionais em especialidades de saúde do... SNS!

É por tudo isso - e muito mais - que milhares dos nossos profissionais de saúde emigram (para dentro, para os privados) ou para países que os sabem receber, respeitar, acarinhar e reconhecer as suas qualidades e aptidões profissionais, oferecendo-lhes três ou quatro vezes mais do que aquilo que recebem, pelo mesmo trabalho e competências, no SNS em Portugal, onde a diferença salarial entre médicos, técnicos, enfermeiros e outros servidores do SNS e os Contratados a empresas da especialidade é mais do que brutal: é ignominioso para aquelas classes profissionais e para o país!

A Inglaterra, mas não só, tem sido um exemplo gritante disso mesmo.

Leva-nos a nossa melhor “mão-de-obra”, na área da saúde.

Para lá foram muitos enfermeiros - para só falar nesses, com quem tenho tido mais contactos directos ao longo das minhas múltiplas passagens e internamentos naquela unidade de saúde - que trabalharam (ou trabalham) no CHBA, em Portimão!

Não sei se tal migração também contempla os médicos... mas esses têm trabalho garantido no privado no nosso país, que paga mais e melhor, com menos horas de trabalho, tendo vindo a ser substituídos, no SNS, por médicos oriundos de todos os lados, nomeadamente dos países Hispânicos (Espanha e América Central e do Sul) e países de Leste... E são excelentes profissionais, com vincado carácter profissional e excepcional perfil humano e solidário!

Para não generalizar, porque seria feio, no CHBA há de tudo, em todos os sectores da saúde e serviços, como na vida: bons e maus profissionais em todas as áreas. Uns mais simpáticos que outros. Uns mais afáveis que outros. Uns mais humanos que outros. Uns mais pacientes que outros. Uns mais

carinhosos que outros. Mas todos, mais ou menos, com vocação para as tarefas que dominam... e muitas são! Mais que muitas!

Mas sempre importa dizer algo mais sobre isso, até porque o devo às centenas de pessoas que seguiram (e ainda hoje seguem) a minha doença, o meu internamento e a minha lenta mas preciosa recuperação, agradecimento que já fiz, bem como minha mulher Ana Maria, em tempo próprio, até de forma pública, através das páginas do meu semanário “Gazeta de Lagoa”. Mas nunca é demais o reconhecimento e agradecimento a quem gosta de nós, nos respeita, nos considera, por esta ou por aquela razão. Somos pessoas sérias, humanistas, solidárias. Fazemos parte do povo!

Importa dizer, para memória futura que, ao longo dos últimos 13 anos (pelo menos desde 14 de Março de 2004, ano das minhas duas primeiras paragens cardíacas, a segunda já na ambulância do Instituto Nacional de Emergência Médica (doravante INEM), acompanhado por uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (doravante VMER). Estive “tecnicamente morto” por duas vezes num espaço temporal de menos de meia hora, conforme pode ser confirmado pelos Bombeiros Voluntários de Lagoa (doravante BVL) e pelo seu Comandante Victor Rio e, desde então, muito já escrevi sobre aquilo a que venho chamando - desde sempre - o inferno na “Triagem”, nas “Urgências” e na “Decisão Clínica”, por terem sido muitas as minhas passagens pelos Hospitais de Portimão e Faro, não só por razões cardiológicas mas, também, por motivos gastroenterológicos e outros.

Na data supra citada, depois de ter dado entrada directamente para o Serviço de Ressuscitação e Reanimação do CHBA (penso que era assim que se chamava ou ainda chama), fui transportado para o Hospital Particular do Algarve (no Alvor) e, na sua Unidade de Intervenção Cardiovascular, sujeito a um cateterismo cardíaco periférico, com a implantação de um stent na artéria femoral direita... graças ao médico alemão Werner Forssmann, nascido em Berlim em 1904 e que, aos 25 anos da idade (1929), inventou o cateterismo cardíaco, tendo sido ele mesmo a cobaia voluntária de tal descoberta, embora proibido de o fazer pelos seus superiores, processo médico na área da cardiologia, que tem salvo milhões de vidas! Foi Prémio Nobel em 1956.

Mas vamos ao princípio, em síntese e rápida abordagem de mais esta minha “aventura de saúde”, como acima já disse, sem megalomania. Apenas respeito por quem se preocupou comigo e quer saber mais. É isso, sem retirar nem pôr uma única vírgula! Até porque este texto - face às denúncias que faço - vai ser enviado ao Primeiro Ministro, ao Ministro da Saúde, aos Grupos Parlamentares, aos Deputados pelo Algarve, à CHAlgarve (Faro, Portimão e Lagos) e a outras entidades, como é meu hábito, antes de ser publicado. Trata-se de um testemunho real, sério, apolítico, minado pela minha consciência de cidadania.

O funcionamento: Urgências e “Protocolo de Triagem de Manchester”

Começo pelo PTM, explicando que se trata de um Protocolo de Triagem de Doentes, implementado em Novembro de 1994, em Manchester (Inglaterra), com o objectivo expresso de estabelecer um consenso entre médicos e enfermeiros do Serviço de Urgência, com vista à criação de normas de triagem baseadas na determinação do risco clínico.

O PTM está testado internacionalmente e em funcionamento em vários hospitais portugueses. Não em todos. Está acreditado pelo Ministério da Saúde, Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros e é entendido como mais um passo no sentido de melhor atender quem recorre a um Serviço de Urgência, no qual se exige rapidez, na proporção da gravidade. O Hospital Fernando Fonseca (Amadora) e o Hospital de Santo António (Porto) foram pioneiros no estabelecimento e na divulgação do PTM, alargando a novos horizontes a gestão do Serviço de Urgência, com a sua implementação a 18 de Outubro de 2000.

Este sistema utiliza um protocolo clínico que permite classificar a gravidade da situação de cada doente que recorre ao Serviço de Urgência e uma rápida identificação dos doentes, permitindo atender, em primeiro lugar, os mais graves e não, necessariamente, os que chegam primeiro. Consiste na avaliação do doente segundo vários critérios e atribui uma “pulseira de prioridades”, pela seguinte ordem decrescente: **vermelho** (emergente, com atendimento imediato), **laranja** (muito urgente, com atendimento até 10 minutos), **amarelo** (urgente, com atendimento até 60 minutos), **verde** (pouco urgente, com atendimento até 120 minutos) e **azul** (não urgente, com atendimento até 240 minutos)!

Mas o tempo de espera supra preconizado não acontece em mais de 80% dos casos! Sou testemunha viva do que afirmo. Há quem espere pela sua vez, que prevê um máximo de até 240 minutos (4 horas)... duas, três, quatro, cinco ou mais vezes! Sei (e a gestão hospitalar também sabe) de pessoas que esperam pela sua vez 15 ou mais horas, qualquer coisa como mais de 900 minutos!

Pode ser que em Manchester isso resulte. O clima e a genética das pessoas são muito diferentes. Lá como aqui, um tigre e um gato são felinos... mas diferentes em todos os aspectos, feitios e personalidades! Faço-me entender? Porquê copiar? Parecemos os chineses... com o devido respeito.

Com já o disse noutras ocasiões - e nisso sou acompanhado por muita gente, incluindo profissionais de saúde - não se compreende a razão pela qual a vida de um doente esteja nas mãos de um enfermeiro na recepção do chamado PTM.

Falando de enfermeiros, tal como me foi confidenciado, muitos possuem cursos multidisciplinares para além da simples enfermagem, sendo que alguns até dão apoio ao Bloco Operatório, embora isso não se reflecta nos salários mensais auferidos, iguais para todos... daí o infundável e justo descontentamento e desconforto emocional generalizado na classe sem, contudo, “baixarem os braços” em termos das suas responsabilidades profissionais, tão importantes quanto as dos médicos, o que é bom que o Governo e os políticos o saibam, no sentido de considerarem justas as suas reivindicações.

Já dei entrada no Hospital de Portimão, transportado pelo INEM, algumas vezes acompanhado por uma VMER e muitas vezes pelos incedíveis BVL, tendo-me sido atribuídas, quase sempre, braçadeiras vermelhas ou laranjas.

E quando me indigno pelo facto da vida de um doente estar nas mãos de um enfermeiro por via do chamado PTM, não quero dizer que eles não tenham competência e conhecimentos básicos! Mas não têm, seguramente, as mesmas competências, aptidões e valências estruturais e técnicas de um médico. Há doenças que “iludem” tudo e todos, parecendo ser aquilo que de facto não são... acabando por serem bem mais graves, até mortais!

Neste sector primário de saúde no CHBA, por todas as razões acima enunciadas e para que não fiquem contradições, atribuo nota 5, numa escala de 1 a 10...

O aparente caos... na “Decisão Clínica”

Ultrapassada a barreira da Triagem, conforme os casos, segue-se encaminhamento do doente para o gabinete das **urgências** e, se isso não resolver a situação, segue a sua vida clínica... no caos, “aparentemente controlado”, no inferno da “**Decisão Clínica**”, onde cabem todos, até os mortos! Explicarei porquê.

É aí que “a porca torce o rabo”, passe a expressão popular!

Após a primeira análise da situação na Triagem - e sei do que falo - aguarda-se pela decisão do médico: alta ou baixa hospitalar. Em caso de baixa, tiram-nos tudo quanto é pessoal: roupa, calçado, telemóveis, relógios, anéis. Tudo, é substituído, quando há, por uma bata... que quase nunca há. Ficamos com o rabo ao léu e as chamadas “vergonhas” sem eira nem beira, seguindo-se os trâmites determinados pelos médicos de serviço... que podem ter uma opinião diferente daqueles que os irão substituir na mudança de turno.

Em caso de internamento, a braçadeira recebida na Triagem, é substituída por uma **branca**, com a completa identificação do doente, incluindo o número de telefone de contacto do familiar mais próximo... O doente, a partir dessa altura fica preparado para ser fazer exames, medicado, subir para uma das enfermarias dos andares superiores do Hospital. Isso pode acontecer a qualquer momento, um, dois, três dias depois. Às vezes, mais.

Desta vez - em Abril e Maio de 2017 - a minha estadia no Hospital de Portimão foi devida em duas partes, como num jogo de futebol que, afinal, era mais o jogo pela minha vida, pela sobrevivência!

Em traços largos: a 30 de Abril de 2017, cerca das 18,30 horas, em minha casa, sofri uma síncope durante vários minutos (perda de consciência por suspensão temporária de circulação cerebral). Levado pelos BVL - que foram mais rápidos do que a velocidade da luz - para o CHBA onde, no PTM, me foi atribuída uma braçadeira amarela, segui de imediato para a “**Decisão Clínica**”. Suspeitava-se de um Acidente Vascular Cerebral (doravante AVC), pelo que me foi feita uma tomografia axial computadorizada (doravante TAC), exame médico cujo objectivo é obter imagens detalhadas do interior do corpo, ajudando a diagnosticar e a detectar as áreas passíveis de intervenção, sem recuso a cirurgia, no que já era recorrente, tendo também feito análises e cujos resultados me foram comunicados, a singelo, pelo médico de serviço nas urgências, que disse: “vou dar-lhe alta”. Eram cerca das 2:00h da madrugada do dia 31.4.2017, sem contudo o ter comunicado à enfermagem, o que fiz eu, ante seu espanto, e a quem pedi para ligarem a minha mulher que, ao verificar que a chamada, àquela hora, tinha origem no Hospital de Portimão, entrou em pânico... mas, felizmente, não era para comunicar o meu óbito!

Minha mulher, “passada dos carretos”, falou com o médico de serviço que lhe disse que a TAC não tinha revelado nada de anormal, para além um “pontinho” sem importância...

Só que, uma semana depois, a 8 de Maio, quando me preparava para ir fazer análises no privado... o meu corpo não obedecia às ordens do meu cérebro: estava em evolução um AVC, que se veio a revelar, como o anterior, felizmente, ser isquémico (suspensão da circulação do sangue numa zona mais ou menos limitada do organismo). Os meus, felizmente, apenas reduziram a minha capacidade de memória, que não intelectual, o que quer dizer que a situação ocorrida a 30.4.2017, poderia ter sido o início daquilo que poderia ter sido o meu fim! Mais uma vez sobrevivi, graças à rápida intervenção de minha mulher e,

depois dos BVL, que me transportaram para o Hospital de Portimão onde, no **PTM** recebi a braçadeira **laranja**, passando directamente para a “**Decisão Clínica**”... onde estavam aglomeradas cerca de 70 macas, com ocupadas por doentes com vários diagnósticos, vindos um pouco de todo o Barlavento!

Minha mulher - que, em relação à minha saúde e bem-estar, não é “pera doce” - ao saber que apenas me tinham sido feitas análises, eletrocardiograma e RX ao tórax, perguntou ao médico se não iria fazer uma TAC e, recebendo como resposta “ele já fez uma no dia 30 e estava tudo bem” (oito dias antes), “exigiu” que fosse realizada uma nova, cujo resultado aconselhou uma Ressonância Magnética (termo usado para designar a absorção ressonante de energia electromagnética por um sistema de núcleos atómicos quando colocado num campo magnético), o que foi feito, entre outros exames cujos “palavrões técnico-médicos” nem sei descrever, embora constem nos respectivos relatórios. Estava, de facto, em curso uma sequência de curtos AVC... que poderiam degenerar num hemorrágico, com todas as consequências imprevisíveis, incluindo a morte!...

Aquilo que à primeira vista me pareceu ser um verdadeiro caos... parecia, repito, aparentava estar, em parte, controlado, devido ao esforço sobre-humano e eficiência, às vezes contraditória, quer de médicos, quer de enfermeiros, quer de auxiliares, que aproveito para louvar, porque são bons naquilo que fazem, apesar das limitações. Mas isso não justifica, antes pelo contrário, os cortes orçamentais para uma actividade cujos direitos são constitucionais! A menos que o objectivo esteja na total privatização da saúde em Portugal... como tem acontecido nas nossas costas, noutros sectores da vida pública portuguesa.

Contudo, mesmo com louvores ou sem eles, “não há bela sem senão”.

Antes de subir para uma das enfermarias e porque estava lúcido, embora instável física e psicologicamente, vi coisas de que não gostei na “**Decisão Clínica**”, que ficam aqui descritas para informação global pública e memória futura.

Enfim...

Por cima da minha cama, um dos ventiladores estava totalmente obstruído com algodão e outras impurezas constituídas por milhões de milhões de bactérias de várias estirpes, a revelar falta higiene e de cuidado com a saúde dos doentes. O mesmo se passava com muitos outros, naquela unidade. Falta de ventilação adequada, de roupa de cama e de vestir, incluindo almofadas. A almofada que me deram... era uma fronha cheia de lençóis. Falta de medicamentos (mesmo genéricos), sendo pedido aos familiares dos doentes que os levem de casa, como me aconteceu, ou que os vão comprar às farmácias da cidade de Portimão. Minha mulher teve de levar três ou quatro de casa, em todo o tempo do meu internamento, quer na Decisão Clínica, quer no Piso! Espantoso e preocupante, não?

Estúpido, revoltante, inquietante e ignominioso... foi o facto, de ter visto (já por duas vezes de internamento na “**Decisão Clínica**”), um cadáver a ser retirado da sala em plena luz do dia, embora em maca especial, transporte que devia ser feito a recato, durante a noite... assim como o uso contínuo de telemóveis pelos enfermeiros, quando tal é proibido aos doentes, contrariando a lei da equidade referida nos Artigos 12º. e 13º. da Constituição.

No que respeita ao desempenho profissional dos médicos, internos, enfermeiros e estagiários e pessoal de apoio auxiliar, retirando uma ou outra falha, dou nota 8, numa escala de 1 a 10, por acreditar que, reconhecidamente, lutam com falta de meios e de material de enfermagem e nota 3, em relação ao ambiente, ambiguidades e mal estar latentes no sector... onde se não cumprem, com rigor e objectividade, os deveres e direitos consignados no Artigo 66º. da Constituição, realçando, desta vez e neste sector, que faltam os ovos para se fazerem as omeletas!... É uma chatice dizê-lo, mas alguém tem de o fazer, na primeira pessoa, ao vivo e a cores, como manda a ética e deontologia! Trata-se de uma crítica analítica construtiva, responsável.

Enfermarias (pisos do Hospital)

Depois de dois dias na “**Decisão Clínica**”, subi para o terceiro andar, para internamento num quarto com duas camas, embora sem a ventilação e/ou AC em funcionamento e um calor brutal, seguindo-se uma intensiva, primária e secundária, “bateria exames”, incluindo um novo TAC, por suspeita de um AVC lacunar do bolbo, uma nova Ressonância Magnética, um Eco-Doppler (24 horas para medir o funcionamento do coração), uma TAC ao crânio, para se avaliar as origens das vertigens e desequilíbrios físicos, uma Ecocardiografia, um Eco-Doppler carotídeo vertebral, uma Ecografia do abdómen superior, um eletrocardiograma, hemogramas e várias passagens pelos Serviços Reabilitação, sectores onde, apesar de limitações de toda ordem, operam profissionais conscientes e conhecedores daquilo que fazem. Para estes últimos, nota 10, numa escala de 1 a 10. Isto sem deixar de referir, com convicção, que o CHBA... deixou de ser a então unidade de saúde do SNS de vanguarda, moderna e bem equipada em todos os aspectos técnicos e de recursos humanos, senhores políticos do meu País!

Tudo isto para dizer que, neste caso, ali existem todas (ou quase todas) as condições para as omeletas... mas faltam os ovos (passe a expressão)... faltam recursos suficientes, a todos os níveis estruturais. Existe, sem dúvida, por aquilo que me foi dado perceber, gestão deficiente, ausente, dependente! Assunto a rever por “quem de direito”. Já, enquanto é tempo de salvar o CHBA! É difícil? Claro que é! Mas o CHBA tem quase tudo, quase tudo... menos gestão adequada, a pensar mais nos doentes e muito menos nos euros!

Neste espaço de internamento, voltei a ser acometido de uma complicação cardíaca (arritmia, irregularidade no ritmo do coração) que poderia ter descambado numa perigosa fibrilação auricular, possível de ser controlada por meio de uma cardioversão (restabelecimento do ritmo cardíaco normal por meio de choques eléctricos). Se tal não resultar, pode ser meio caminho andado para uma operação de urgência ao coração e/ou à morte, se o espaço temporal o permitir. Já tive vários episódios iguais (pelo menos dois ou três em Portimão e um nos Estados Unidos, em Janeiro de 2010) e sei como é.

Para o sector das enfermarias (pisos), nota 13, numa escala de 1 a 10, por todas as razões e mais algumas. **Dez** é, também, pontuação que dou ao sector da Cardiologia, um dos meus destinos regulares e mais frequentes naquela unidade do SNS.

O que quero dizer é que, depois do “**Inferno na Decisão Clínica**”... passei para um sítio (piso de enfermarias) recheado de enfermeiros competentíssimos, autênticos “**anjos da guarda**” (no que inclui os Voluntários) a quem agradeço e louvo o seu trabalho incessante, algumas vezes de 18 horas de turno daqueles... Em termos de médicos e de enfermagem, para apenas falar neles, há que haver mais respeito pela sua actividade, porque são áreas sensíveis e tantas horas de trabalho pode ser meio caminho andado para a ruptura mental, técnica e profissional, falta de discernimento mental, descontrolo, mau humor. Há que pensar que essa gente tem família! Esta sugestão serve para todos quantos trabalham no SNS.

Durante a minha estadia no terceiro andar, com a recomendação médica expressa de “acompanhamento de perto”, incluindo os banhos diários e idas ao WC, o que aconteceu de maneira excepcional, com carinho, respeito, consideração e profissionalismo, quer por parte do pessoal de enfermagem e dos médicos, inexcusáveis, sempre atentos e zelosos (embora a rebentarem pelas costuras devido ao excesso de horas de trabalho e desmotivadores rendimentos salariais...), quer por parte do pessoal auxiliar, também sempre atentos e cuidadosos, bem como de técnicos de nutrição, dos Serviços Sociais e dos Voluntários, que me visitaram várias vezes.

De qualquer modo, foi uma odisseia clínica de tratamento e cuidados de saúde, que serviram para recuperar forças, sentido anímico, coordenação do pensamento e reflexão sensorial, que me permite continuar sendo eu próprio, de corpo e alma. O meu sincero obrigado, o que não quer dizer que, comportamentalmente, tudo e todos tenham sido iguais. Que não foram!

Dezanove dias depois, até à alta e duas semanas de repouso total em casa, voltei ao trabalho a 70%, na redacção do jornal “Gazeta de Lagoa”, de que sou Editor e Director desde a sua fundação, há 28 anos e a 70% na minha rotina profissional e intelectual, que não foi afectada, antes pelo contrário. De qualquer modo, uma eternidade para a minha maneira de ser e de estar na vida.

Safei-me. Sobrevivi, muito embora seja Jesus de nome, mas não sendo Deus!

Sou, como sempre tenho sido, um cidadão igual a qualquer outro... mas não sou um cidadão qualquer, que cultiva o primado dos Artigos 12º. e 13º. da Constituição da República Portuguesa e, no presente caso, também os dos seus Artigos 64º. e 66º..

O testemunho que aqui deixo, poderá servir de “rota” de conduta legislativa, reflexão, controle e fiscalização do governo, em termos de saúde, especialmente quando faço denúncias e mexo em pontos sensíveis e/ou obscuros, com a coragem, verdade e determinação que me são publicamente reconhecidas.

Deve ser referido - espantem-se, meus senhores - que muitos dos exames de especialidade feitos no CHBA são enviados, via internet, para Faro e, depois de vistos por médicos da especialidade, são feitos os Relatórios e são reenviados pelo mesmo processo informático para o CHAB, o que atesta a falta de recursos humanos especialistas nesta unidade do SNS de Portimão!

Isto faz sentido? Só no Terceiro Mundo, com o devido respeito pelas suas populações!

A falta de fornecimento de água engarrafada e a má qualidade da alimentação fornecida aos doentes, feita a “martelo”, são o “calcanhar de Aquiles” do CHBA

Antes de falar, propriamente, na alimentação fornecida aos doentes, que considero feita a “martelo”, falarei na hidratação (restabelecimento da humidade natural num corpo através da ingestão de água) recomendada pela Organização Mundial de Saúde, Corpos Clínicos e de Enfermagem, para além de outros.

No CHBA deixaram de ser fornecidas (desde quando?) garrafinhas de 0,33l de água aos seus doentes, o que é revoltante e ultrapassa todos os limites do bom senso de serviço público! Os doentes têm de pedir às suas famílias para levarem água de casa (assim, como alguns medicamentos) ou bebê-la nas torneiras

das casas de banho! E quem não tem família? E quem não tem dinheiro? E quem vive longe e não pode visitar os seus familiares?

Os responsáveis do CHBA, penso que sob instruções do CHAlgarve (Faro) ao deixarem de fornecer água engarrafada aos seus doentes, esquecem-se que os Municípios fornecem água da rede que, embora sendo potável, é tratada, purificada e desinfetada quimicamente, podendo, no entanto, conter salmonelas e outras bactérias “hospedadas nas canalizações”, a “coberto do anonimato microbiano” a circularem, misturando-se na água saída das torneiras, o que pode afectar o suco entérico, importante no equilíbrio digestivo segregado pelas glândulas intestinais, entre outros problemas de saúde.

Dito o que fica dito sobre a falta de água, vamos à alimentação.

O enorme - mais do que enorme, colossal - “calcanhar de Aquiles” do CHBA é, sem dúvida, a alimentação fornecida aos doentes e, ao que parece, aos funcionários (ou a alguns, pois vi vários a consumirem alimentação trazida de casa...)!

A alimentação é, dramática e inconscientemente mal confeccionada, repetitiva, sem qualquer ponta de qualidade e sabor, apesar de se saber que os doentes diabéticos (e outros) não podem “abusar do sal”. Mas isso não é razão para tudo!

A maioria dos produtos usados é congelada, faltando saber se, de facto, estão dentro do prazo de validade... Acredito que sejam semelhantes aos que usamos nas nossas casas, pelo menos nas de classes mais baixas. Verifiquei, por exemplo que, em relação ao peixe, ele apresenta-se desidratado, o que quer dizer que já está na arca congeladora há muito, muito tempo, amarelado, com todas as consequências daí advindas: má qualidade, total ausência do seu peculiar sabor e, nalguns casos, se não em todos, foram servidas postas de peixe cozinhadas ainda congeladas... dando origem - como me aconteceu - a receber um prato de peixe assado com uma posta colada à outra... logo, cruas entre ambas! Falta de atenção e de fiscalização!

Os legumes são fornecidos aos doentes... como se também fossem produtos... diabéticos, semi-desidratados.

Julgo saber, por aquilo que me foi dito, que não há ninguém que prove alimentação e dê o seu “ok” responsável. Salvam-se, em 60% dos casos, as sopas. A fruta é — na maioria das vezes - intragável, sem qualidade, por demasiadamente verde e dura, não podendo ser cortada com talheres de plástico. Também não compreendi porque, umas vezes, vinham talheres de metal e, outras, de plástico, nomeadamente quando eram servidos pratos de carne...

Numa ocasião, minha mulher - que me visitava todos os dias às horas das refeições - reparou que uma faca de metal estava “suja” com restos de um qualquer legume verde. Foi à recepção dos enfermeiros, mostrou o nojo, pediu o livro e escreveu uma reclamação, a 23.5.2017. Até este momento, ninguém deu resposta nem pediu desculpas. Para memória futura, a faca foi fotografada por telemóvel. As incongruências aberrantes do sistema! Não basta vivermos em democracia participativa! Sei lá se aquela faca não foi utilizada por um doente com doença contagiosa transmissível! Não sei! Ninguém saberá! Demonstra falta de cuidado e de higiene num sector da maior importância numa unidade hospitalar. Aqui fica a chamada de atenção.

Há refeições (quase todas, ou praticamente todas, feitas a “martelo”), mal confeccionadas, cruas ou semi-cruas... que quase sempre chegam frias aos doentes! Ponto final. Eu, que tenho “boa boca” e como de tudo... cheguei a ponderar uma greve de fome!

Por tudo isso, mas não só, atribuo nota 4, à alimentação, nota 0 à suspensão do fornecimento de água engarrafada aos doentes, e nota 8 aos funcionários que distribuem a alimentação, numa escala de 1 a 10! Merecem, porque são simpáticos (na maioria...) mas não podem fazer milagres.

Sei, todos os doentes sabem, que um Hospital não é um Hotel nem quem cozinha são chefs com estrelas *Michelin*, mas haja decoro e mais cuidado. Os contribuintes pagam para que o SNS funcione em pleno, em todas as áreas da sua actividade, sendo a alimentação - até pela facilidade de transmissão de doenças e de parasitas - muitíssimo importante. Mais do que importante!

A alimentação é confeccionada no exterior, por uma empresa de *catering*. Depois é empratada no CHBA, segundo as ementas prescritas pelos médicos ou nutricionistas - de acordo com as doenças e/ou intolerâncias - e transportada em tabuleiros individuais, em carrinhos cujas rodas de borracha maciça fazem um barulho infernal, a aconselhar rodas pneumáticas... conselho que venho dando há anos!

Aqui fica mais esta chamada de atenção.

Serviços prestados pelo Grupo de Voluntários

Os serviços prestados pela Associação de Voluntários Elos de Esperança, no CHBA (homens e mulheres), com Estatuto próprio e órgãos directivos eleitos nos termos da Lei - coordenados e supervisionados pelos Serviços Sociais do Hospital - são uma verdadeira dádiva. Uma partilha de emoções e confidências, sem violar a privacidade dos doentes e, no actual e moderno ciclo da vida, são

peçoas que se comprometem a cumprir determinada tarefa ou função, sem serem obrigadas a isso e o fazem de livre e espontânea vontade, sem constrangimentos e sem qualquer remuneração... muito embora executem tarefas que, na sua ausência, teriam de ser feitas por trabalhadores auxiliares ou, mesmo, por enfermeiros, pagos com os nossos impostos...

Sem os serviços prestados pelos membros da Associação de Voluntários Elos de Esperança... o CHAB seria um caos maior!

Os Voluntários têm a tarefa diária da distribuição da alimentação aos doentes, cama-a-cama e, nalguns casos, até à boca, designadamente na Decisão Clínica. Nas Enfermarias, dão uma palavra amiga e reconfortante, ajudando aqueles que não podem comer sozinhos. Tarefa árdua, hercúlea, desgastante, por vezes mal compreendida. São pessoas tendencialmente comprometidas com o mérito primordial da formação do seu carácter de voluntariado, para actos objectivados para a valência humanitária, solidária e de serviço à comunidade, poucas vezes (ou nunca) agradecidos ou louvados!

São os “tais” anjos (conjugados com os enfermeiros), de que falo e que dão corpo ao título deste trabalho jornalístico - e petição - que também dão apoio a outros sectores no Hospital de Portimão. É frequente vê-los na sala de Consultas Externas, no recentemente inaugurado Balcão de Acolhimento e noutros locais, a ajudar a tirar as senhas para consultas e encaminhar doentes, designadamente os mais idosos. Tudo feito com carinhoso cuidado.

São uma mais-valia sem custos para o erário público. Para os contribuintes.

Ninguém (ou poucos) se lembra deles! Não passam sobre “passadeira vermelhas”! Nem precisam... já que o voluntariado, para alguns “sabichões da vida pública”, parece ser uma profissão obrigatória, sem custos, sem direitos. Nem sempre bem visto, até mesmo naquela unidade do SNS!

Eles merecem os nossos louvores. Louvores e os meus mais sinceros agradecimentos.

Entretanto, na envolvimento do Voluntariado, a 17.7.2017 foi criado o “Balcão de Acolhimento”, vocacionado para a prestação de informações e acompanhamento dos utentes, direccionando-os para os diversos Serviços daquela Unidade do SNS, dada a complexidade edificada, labirintica. A actuação dos Voluntários é muito importante!

Aqui fica o meu louvor em meu nome, bem como de todos os cidadãos beneficiados pela sua dedicação humanitária e voluntária. Para os “militantes” da Associação de Voluntários Elos de Esperança, nota 15 numa escala de 1 a 10! Merecem. E muito mais.

Seguranças: quais as suas funções e limites de actuação?

O Hospital de Portimão, como todos os outros do país - julgo - dispõe de elementos designados por Seguranças! Seguranças para aqui, Seguranças para ali, Seguranças para acolá, contra os quais nada tenho... São privados, mas podem ter acesso a assuntos orgânicos reservados e médicos de carácter confidencial! Mexem-se, como peixe em água. Circulam livremente, sem limitações. Fazem, também, de porteiros e regulam o trânsito de viaturas no espaço de circulação automóvel naquela unidade hospitalar... mas quase nunca sabem responder às perguntas que lhes são feitas.

Uns são mais simpáticos e acessíveis do que outros. Penso que é importante e urgente a sua constante rotatividade por outros locais que usam Seguranças... para se evitarem vícios e mal entendidos, abuso de poder. Penso, também, que os seus poderes devem ser limitados à gestão da segurança de pessoas e bens... e não podem ser uma espécie “trabalhadores polivalentes” ou “paus para todas as colheiras”.

No Hospital de Portimão - como noutros locais públicos e privados, onde há Seguranças - excedem, quanto a mim, os seus limites de actuação. Não têm poder legal para deter, prender ou “barrar” qualquer cidadão. E, em boa verdade, nem o direito de o interpelar... A menos que esteja a ver o filme de pernas para o ar!

Para que fique bem claro: não fazem parte, longe disso, das forças de Segurança, mais visíveis, na verdadeira e jurídica acepção do termo: PSP e GNR!

Penso que se trata de um assunto a ser ponderado pelo Ministério da Administração Interna. Ou não?

A actividade de Segurança Privada está regulamentada e já existe há muitos anos em Portugal, tendo sido criada logo após o 25 de Abril. Mais recentemente passou a ser regulada pela Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto, alterada pela Lei nº 34/2013, de 16 de Maio.

De qualquer modo, salvaguardados os itens desta petição, atribuo nota 7, numa escala de 1 a 10!

Epílogo

Penso que o conteúdo deste texto, nas suas mais diversas perspectivas de denúncia e de louvores, deverá ser tratado e ponderado pelo Presidente da República, Primeiro Ministro, Assembleia da República, seus Grupos Parlamentares e Deputados pelo Algarve, Ministério da Saúde, Ministério da

Administração Interna, Ministério do Ambiente, CHAlgarve (Faro, Portimão e Lagos), Universidade do Algarve e Instituto Piaget! Ou não?

Fico de consciência tranquila, por ter cumprido o meu dever de denúncia construtiva, com ética e deontologia, sem pretender - antes pelo contrário - provocar ou contribuir para o alarme social, de acordo com os meus Direitos, Liberdades e Garantias, consignadas na Constituição, na Lei de Imprensa, na Organização Mundial da Saúde, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e, também, no Direito da Petição, entre muitos outros primados da Democracia moderna.

Para que se compreendam bem os motivos e conteúdo final, objectivo e subjectivo desta Petição, importa trazer à memória, de “quem de direito” - uma vez mais - que o actual CHBA, foi inaugurado a 16 de Julho de 1999, então designado por Hospital de Portimão. Era uma unidade saúde do SNS de vanguarda, modelo, moderno, de ponta e bem equipado em todos os aspectos, com quase todas as valências e equipamentos exigíveis numa unidade hospitalar pública, assim como recheado por um extraordinário grupo de recursos humanos, sempre disponível, profissional e homogéneo.

Claro que o tempo foi destruindo um pouco de tudo isso, por falta de coragem decisiva de quem manda e gere e tem detido o poder em Portugal, situação que se agravou com a criação do CHAlgarve, de que resultou na fusão, erradíssima e economicista, dos Hospitais de Faro, Portimão e Lagos.

Não se meditou como se devia, nem de perto nem de longe, na legal e indiscutível supremacia da Constituição, em relação às loucuras dos homens, feitos políticos, governantes e gestores da “coisa pública”, nomeadamente nos seus Artigos 13º. (ninguém pode ser prejudicado), 48º. (direito a tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos), 53º., 58º. e 59º. (direito ao trabalho, retribuição salarial, segundo a sua natureza), 64º. (direito à saúde), e 66º. (direito ao ambiente e qualidade de vida). E outros poderia enunciar... sem grande esforço intelectual!

Mas não valerá a pena “ensinar a missa ao padre”. Leia-se: Governo e Assembleia da República!

Por tudo aquilo que fica expresso neste texto peticionário e público, é urgente, mais do que urgente, prioritário, que a Saúde seja resolvida e tratada como um “cavalo de batalha dos governos” e não, nunca, jamais, como uma espécie de “cavalo de Tróia”!

Lagoa, 31 de Julho de 2017

(vai ser publicado no semanário “Gazeta de Lagoa”, edição nº. 1395, de 18.8.2017)